



V Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia

XXX Seminário de Iniciação Científica
XV Salão de Ensino e Extensão
V Mostra da Pós-Graduação Stricto Sensu
IV Seminário de Inovação Tecnológica

De 28 de outubro a
01 de novembro de 2024

INSCRIÇÕES ABERTAS

UNISC

Título:	GRUPOS VULNERÁVEIS E OS CASOS BRASILEIROS NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS (SIDH): UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS DETERMINADAS PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CORTE IDH) E RECOMENDADAS PELA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH)		
Autores:	Maria Eduarda Brandão Lopes Mônia Clarissa Hennig Leal		
Área	<input type="checkbox"/> Humanas <input checked="" type="checkbox"/> Sociais Aplicadas <input type="checkbox"/> Biológicas e da Saúde <input type="checkbox"/> Exatas, da Terra e Engenharias	Dimensão:	<input type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Extensão <input type="checkbox"/> Inovação
Resumo:	<p>A Convenção Americana sobre Direitos Humanos é um instrumento que impõe aos Estados membros o dever de respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos, garantindo seu livre e pleno exercício a todas as pessoas sob sua jurisdição, sem discriminação. No entanto, uma análise mais aprofundada revela que as violações de direitos humanos no Brasil não são meramente fruto de circunstâncias aleatórias ou eventos fortuitos. Na realidade, a maioria dessas violações são impulsionadas por uma discriminação estrutural profundamente enraizada nas instituições e práticas sociais, afetando predominantemente indivíduos de grupos étnicos ou raciais minoritários e aqueles em desvantagem socioeconômica. Essa realidade evidencia a necessidade de identificar e compreender os grupos vulneráveis envolvidos em cada caso, uma vez que tal identificação não apenas irá aprimorar a eficácia das medidas de reparação e das políticas públicas, mas também será essencial para promover direitos e garantir que todos os tenham plenamente reconhecidos e protegidos. Diante desse contexto, o problema de pesquisa do trabalho, que está sendo desenvolvido, é: quais relações podem ser estabelecidas entre os grupos vulneráveis identificáveis nos casos brasileiros no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) e as medidas determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e recomendadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)? O objetivo é, portanto, identificar os grupos vulneráveis envolvidos nos casos brasileiros no SIDH e, com isso, analisar as relações existentes entre esses grupos, bem como examinar as medidas de reparação recomendadas pela CIDH e determinadas pela Corte IDH em relação às políticas públicas nacionais existentes. Especificamente, será feita uma contextualização sobre a</p>		

Site do Evento: www.unisc.br/Mostra



situação do Brasil no SIDH e, na sequência, serão identificados os grupos vulneráveis envolvidos nos casos brasileiros no SIDH e as relações entre esses grupos, sob a perspectiva da interseccionalidade e dos conceitos de vulnerabilidade. Por fim, será examinada a relação das medidas de reparação recomendadas pela CIDH e das medidas determinadas pela Corte IDH em relação a cada grupo e as políticas nacionais existentes. A pesquisa adotará o método de abordagem dedutivo, de procedimento analítico e será realizada de forma descritiva e exploratória, mediante pesquisa bibliográfica. As investigações preliminares indicam que os grupos vulneráveis a serem considerados incluem povos indígenas, mulheres, pessoas negras, pessoas LGBTQIAPN+, trabalhadores rurais, indivíduos privados de liberdade, defensores de direitos humanos e migrantes. A interrelação entre esses grupos é particularmente influenciada por padrões de discriminação estrutural profundamente enraizados na sociedade. As medidas recomendadas pela CIDH e determinadas pela Corte IDH frequentemente têm um caráter legislativo e administrativo, visando não apenas reparar as injustiças passadas, mas também prevenir a reincidência de eventos semelhantes e evitar o surgimento de novas situações de violação de direitos e a não repetição dos fatos.

Link do Vídeo: https://drive.google.com/file/d/1BT_5WuumRcWrsBmZVET6yIyMcv_cY_0eVA/view?usp=drive_link